

# COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZENS GERAIS S.A.

CNPJ/MF nº 61.145.488/0001-30

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	71.120	33.635
Contas a receber de clientes	7	19.834	30.948
Estoque	8	8.702	7.199
Impostos e contribuições a recuperar		10.354	2.694
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.382	1.194
Adiantamentos a fornecedores		463	652
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	193	709
Outras contas a receber		7.135	6.619
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>120.183</b>	<b>83.648</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	14	15.155	14.752
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	239	-
Partes relacionadas		19	-
Investimentos	10	1.870	907
Imobilizado	11	303.338	317.328
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>320.621</b>	<b>332.987</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>440.804</b>	<b>416.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Em 2017</b>	21.791	4.358	130.563	15.460	-	172.172
Aumento de capital através de cisão parcial	30.866	-	-	-	-	30.866
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.068	50.068
Resultados abrangentes do período:						
Hedge de fluxo de caixa líquido	-	-	-	(4.380)	-	(4.380)
Desaforço do lucro:						
Reserva legal	-	-	-	-	(2.504)	(2.504)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.891)	(11.891)
Retenção de lucro	-	-	36.255	-	(36.255)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(582)	582	-
<b>Em 2018</b>	52.657	6.862	166.818	10.498	236.835	467.650
Aumento de capital através de cisão parcial	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.533	43.533
Resultados abrangentes do período:						
Hedge de fluxo de caixa líquido	-	-	-	1.321	-	1.321
Desaforço do lucro:						
Reserva legal	-	-	-	-	(2.177)	(2.177)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.339)	(10.339)
Retenção de lucro	-	-	31.547	-	(31.547)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(530)	530	-
<b>Em 2019</b>	52.657	9.039	198.365	11.289	271.350	543.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional  
A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado que tem suas operações concentradas no terminal portuário de Santos, no Estado de São Paulo. Possui como atividade preponderante a armazenagem e operação de terminais de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal, bem como o exercício das atividades de operador portuário. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017 foi aprovada a cisão parcial da Copersucar Armazéns Gerais S.A. na Companhia com data-base de 31 de outubro de 2017 com aumento de capital de R\$ 6.099, sem emissão de novas ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2018 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 24.767 sem emissão de novas ações integralizado pela emissão de 19 milhões de ações de capitalização de parte do imobilizado descriminado no laudo de avaliação na data-base de 28 de fevereiro de 2018.

2. Entidade da Companhia  
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2017 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 1.065, sem emissão de novas ações, subscrito e integralizado pela acionista Copersucar S.A. por meio de transferência de 50.000 ações ordinárias da empresa Sugar Express Transportes S.A. para a Companhia. A Sugar Express Transportes S.A. é responsável pelo transporte rodoviário de açúcar e etanol.

3. Base de preparação  
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os princípios contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Considerando que a controladora final, Copersucar S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas incluindo todas as controladas da Companhia, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2019 em conformidade com o CPC 36 (R3) demonstrações consolidadas. b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos. A hierarquia de prioridades, conforme técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27.a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada ciclo das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Base de mensuração  
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e do imobilizado com adoção do custo atribuído, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

5. Principais políticas contábeis  
As principais contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. a. Receta operacional: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estado de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência aos termos dos embarques efetuados. b. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos e imposto de renda sobre os juros, variações à débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. c. Equivalência patrimonial: A informação financeira da contribuição social, limitada a 30% do lucro líquido de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia. d. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da Companhia) utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras, e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. e. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida: A Companhia oferece a seus colaboradores um plano de Previdência Privada de Contribuição Definida, com o objetivo de assegurar às pessoas a possibilidade de acumular recursos que garantam uma renda mensal no futuro, possibilitando que o empregado mantenha um padrão de vida digno após a aposentadoria. O plano de previdência da Companhia é acessível a todos os colaboradores e administradores, de forma facultativa. O empregado que optar por aderir ao plano poderá optar por duas modalidades: 1- Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou 2- Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Pelas regras aprovadas do plano, o empregado pode participar através de contribuições básicas ou suplementares, e a Companhia contribui em paridade com as contribuições básicas que o empregado fizer, até o limite de 9% do salário de contribuição. Adicionalmente, o empregado poderá fazer contribuições extraordinárias de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores, às alíquotas supramencionadas. (iii) Imposto diferido: O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre a base de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (iii) Despesas fiscais: Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, conseqüentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. g. Estoques: Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de custos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde esses ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nos resultados dentro de outros resultados operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. (iii) Depreciação: Itens de ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se do método linear em relação às vidas estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	2019 e 2018
Máquinas e equipamentos	5,28%
Equipamentos de processamento de dados	24,98%
Móveis e utensílios	7,13%
Veículos	9,06%
Beneficiárias em propriedade de terceiros	4,63%

As vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício e ajustados caso seja apropriado. i. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contábil a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados

subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se estiver classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. (iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa deixam de existir, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais aos fluxos de caixa de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. (iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (v) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos - Non Deliverable Forward (NDFs) para suas operações de proteção (hedge de fluxo de caixa) às variações de câmbio (moeda) conforme descrito na Nota Explicativa nº 15. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e à redução de sua exposição aos riscos de moeda. A Companhia utiliza derivativos por políticas e direções estabelecidas para reduzir o valor contábil das operações está condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. j. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. k. Redução ao valor recuperável (impairment): A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo no fluxo de caixa futuro projetado que não seja revertido pelo uso de um método confiável. Quando o teste positivo estiver concluído, o valor recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) a qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs ao qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo da UGC ou grupo de UGCs, e então, ainda houver perda, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata. l. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. m. Arrendamentos: (i) Determinando se um contrato contém um arrendamento: No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo atribuído a cada elemento. A Companhia reconhece um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. (ii) Pagamentos de arrendamentos: Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado do exercício pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos são reconhecidos como despesas abaixo das políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras, sob as mesmas regras aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2018. A Empresa adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de abril de 2018. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído, principalmente, a: a. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente: O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial de 1º de abril de 2018. O impacto do CPC 47 no exercício findo em 31 de março de 2018 foi uma informação apresentada em 31 de março de 2018 não foi representada e, desta forma, permaneceu conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas. Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de suas Receitas. b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros: (i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado, VJORA ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Tabela a seguir as notas explicativas abaixo explicam as categorias e mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2019.

	Classificação original de acordo com CPC 38	Classificação original de acordo com CPC 48	Valor original CPC 38	Valor original CPC 48
<b>Ativos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Valor justo	432	432
Aplicação financeira	Valor justo	Valor justo	69.454	69.454
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.866	1.866
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	19.834	19.834
Estoque	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.702	8.702
Adiantamentos a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	463	463
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.135	7.135
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>107.686</b>	<b>107.686</b>		
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Valor justo	1.377	1.377
Financiamentos e empréstimos	Custo amortizado	Custo amortizado	91.324	91.324
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	10.323	10.323
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	74	74
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	2.627	2.627
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>105.725</b>	<b>105.725</b>		
(ii) Impairment de ativos financeiros: O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas irá avaliar os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Para o contábil a receber de clientes, a Companhia optou pela adoção do expediente prático da matriz de provisão por histórico de perda. As perdas de crédito esperadas foram avaliadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos para cada cliente individualmente. A Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Para os saldos mantidos em aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa não foram identificados impactos relevantes, dados os ratings elevados das contrapartes. Com base na avaliação da Companhia, esse				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
Receitas líquidas	19	174.755	173.025
Custo das vendas	20	(71.270)	(62.880)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>103.485</b>	<b>110.145</b>
Despesas administrativas	20	(30.169)	(19.186)
Outras receitas		2.736	3.475
Outras despesas	21	(7.295)	(19.475)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>70.257</b>	<b>75.339</b>
Receitas financeiras	22	10.441	13.195
Despesas financeiras	22	(17.937)	(12.023)
<b>Resultados financeiros líquidos</b>		<b>72.761</b>	<b>76.511</b>
Resultado de equivalência patrimonial		962	(144)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>63.723</b>	<b>76.367</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(23.381)	(25.074)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	3.191	(1.225)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(20.190)</b>	<b>(26.299)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>43.533</b>	<b>50.068</b>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>43.533</b>	<b>50.068</b>
Resultados abrangentes		-	-
Um Deliverable Forward hedge de fluxo de caixa		2.001	(6.635)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes		(680)	2.255
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>44.854</b>	<b>45.688</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	2019	2018	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	43.533	50.068	
Ajustado por:			
Resultado da equivalência patrimonial	(962)	144	
Depreciação e amortização	19.571	17.543	
Impostos diferidos	(3.334)	1.225	
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	5.748	6.734	
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado	698	144	
Aumento em provisão para contingências	1.954	(137)	
Benefícios a empregados	1.047	(759)	
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	3.261	(13.136)	
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			
Diminuição de contas a receber de clientes	11.114	11.245	
(Aumento) em partes relacionadas	(34.332)	(31)	
(Aumento) e estoques	(1.503)	(2.455)	
(Aumento)/Diminuição de impostos a recuperar	(8.847)	2.159	
(Aumento) em outras contas a receber	(522)	(1.420)	
Aumento/(Diminuição) de adiantamento a fornecedores	190	(198)	
(Diminuição)/Aumento em depósitos judiciais	(402)	507	
Aumento de fornecedores	1.524	4.999	
(Diminuição)/Aumento de impostos e contribuições a recolher	(17.497)	16.724	
Aumento/(Diminuição) em outras contas a pagar	1.011	(633)	
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.460)	(5.409)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	19.435	(10.077)	
<b>Aplicação de recursos em atividades operacionais</b>	<b>(6.272)</b>	<b>(7.297)</b>	
<b>Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(6.279)</b>	<b>(10.448)</b>	
Dividendos pagos	(11.891)	(13.765)	
Empréstimos e financiamentos tomados	32.438	-	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(14.010)	(38.832)	
<b>Caixa líquido gerado/(usado) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>6.537</b>	<b>(62.597)</b>	
<b>Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>37.485</b>	<b>14.192</b>	
<b>Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa</b>			
No final do exercício	71.120	33.6	

→ continuação

**Movimentações societárias:** A movimentação ocorrida no exercício de 31 de março de 2018 decorre de transferência de ativos da Copersucar S.A. para a Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A., por meio de integralização de capital. Tal transferência é fruto de reorganização societária com o objetivo de centralização dos ativos logísticos de açúcar em uma única entidade.

## 12. Fornecedores

	Nota	2019	2018
Mercado interno		7.396	6.659
Partes relacionadas	16	2.927	2.140
<b>Total</b>		<b>10.323</b>	<b>8.799</b>

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 15.

## 13. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2019	2018
Empréstimo Direto Externo	EUR	Taxa prefixada	0,61%	2021	30.918	–
BNDES-FINEM	R\$	Taxa prefixada	2,50%	2019 a 2022	1.893	15.675
BNDES-FINEM	R\$	Taxa prefixada/TJLP	8,67%	2019 a 2024	58.294	55.933
BNDES-FINEM	R\$	TJLP	7,03%	2019 a 2024	219	–

Total de empréstimos e financiamentos	13.324	71.608
Passivo circulante	91.324	14.091
Passivo não circulante	77.002	57.517

### Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimo Direto Externo	30.918	30.940	–	–
BNDES-FINEM	60.406	60.406	71.608	71.608
<b>Total</b>	<b>91.324</b>	<b>91.346</b>	<b>71.608</b>	<b>71.608</b>

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019			
	2019	2018	
Até 6 meses	–	7.261	
Entre 6 meses e 1 ano	–	7.061	
Entre 1 ano e 2 anos	–	45.040	
Entre 2 anos e 5 anos	–	31.962	
Mais que 5 anos	–	–	
	<b>91.324</b>	<b>91.324</b>	

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

	Patrimônio líquido	Empréstimos bancários	Total
Em 2018	166.818	71.608	238.426
Dividendos pagos	(11.891)	–	(11.891)
Empréstimos e financiamentos tomados	–	32.438	32.438
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	(14.010)	(14.010)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(11.891)</b>	<b>18.428</b>	<b>6.537</b>
<b>Outras variações</b>			
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	–	5.748	5.748
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	(4.460)	(4.460)
Outras variações	43.438	–	43.438
<b>Total das outras variações</b>	<b>43.438</b>	<b>1.288</b>	<b>44.726</b>
<b>Total</b>	<b>198.365</b>	<b>91.324</b>	<b>289.689</b>

## 14. Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Total
<b>Em 2017</b>	<b>15.490</b>	<b>2.232</b>	<b>17.722</b>
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	415	1.711	2.126
Provisões utilizadas durante o exercício	–	(2.187)	(2.187)
<b>Em 2018</b>	<b>15.905</b>	<b>1.756</b>	<b>17.661</b>
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	312	2.232	2.544
Provisões utilizadas durante o exercício	–	(589)	(589)
<b>Em 2019</b>	<b>16.217</b>	<b>3.399</b>	<b>19.616</b>

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais no montante de R\$ 15.155 em 31 de março de 2019 (R\$ 14.752 em 31 de março de 2018). A Companhia não possui contingências com riscos avaliados como possíveis para perda.

## 15. Instrumentos financeiros

**a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil	
	2019	2018
<b>Valor justo (a)</b>		
Aplicações financeiras	69.454	33.000
Instrumentos financeiros derivativos não realizados - Ativo	432	709
Instrumentos financeiros derivativos não realizados - Passivo	1.377	537
<b>Custo amortizado</b>		
Banco - Conta movimento	1.666	635
Contas a receber de clientes	19.834	30.948
Estoques	8.702	7.199
Adiantamento a fornecedor	463	652
Outras contas a receber	7.135	6.617
Fornecedores	10.323	8.799
Empréstimos e financiamentos	91.324	71.608
Partes relacionadas	74	34.390
Outras contas a pagar	2.627	1.613

(a) A tabela acima fornece uma análise do instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial, agrupado no nível 2, com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3 d. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, operacional e cambial. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. **Risco de crédito:** E o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia não apresenta exposição a risco de crédito por região geográfica, e suas transações são realizadas substancialmente com partes relacionadas; adicionalmente, não existem títulos vencidos na composição das contas a receber.

	2019	2018
Banco - Conta movimento	1.666	635
Aplicações financeiras	69.454	33.000
Contas a receber de clientes	19.834	30.948
Adiantamentos a fornecedores	463	652
Instrumentos financeiros derivativos não realizados - Ativo	432	709
Outras contas a receber	7.135	6.617

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Companhia na Administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
<b>2019</b>	<b>10.323</b>	<b>10.323</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Fornecedores	10.323	10.323	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	91.324	7.261	7.061	45.040	31.962	–

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
<b>2018</b>	<b>8.799</b>	<b>8.799</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Fornecedores	8.799	8.799	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	71.608	7.307	6.784	13.568	38.640	5.309

**Instrumentos financeiros derivativos não realizados**

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
<b>2019</b>	<b>537</b>	<b>537</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
- NDF	537	537	–	–	–	–

**Risco cambial:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, e alguns saldos a receber e a pagar, todos denominados em Reais. A Administração avalia regularmente a contratação de operações de *hedge* (Non Deliverable Forwards) como instrumento para redução desses riscos. **c. Hedge de fluxo de caixa: Exposição à moeda estrangeira:** A Companhia possui o *hedge accounting* de NDF para a proteção contra a exposição da variação do câmbio dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira. A Companhia possui o *hedge accounting* de *swap* para a proteção contra a exposição da variação do câmbio das dívidas em Euro atreladas às taxas de juros prefixadas. A exposição à moeda estrangeira da Companhia está substancialmente atrelada à variação do Dólar Americano (Dólar) e do Euro (EUR) nas datas-base apresentadas abaixo:

	2019	2018
<b>Ativo</b>	<b>–</b>	<b>171</b>
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	171
<b>Passivo</b>	<b>(30.918)</b>	<b>–</b>
Empréstimos e financiamentos	(30.918)	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(945)	–
<b>Exposição bruta do balanço patrimonial</b>	<b>(31.863)</b>	<b>171</b>
Notional derivativos contratados para proteção de risco cambial	18.003	(44.040)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(13.860)</b>	<b>(43.869)</b>

Os valores abaixo compõem o saldo de Notional apresentado acima:

Modalidade	Vencimento	2019	2018
NDF de Câmbio (prestação de serviço de elevação)	2019	(12.886)	(44.040)
Swap Cambial	2021	30.889	–
<b>Total</b>		<b>18.003</b>	<b>(44.040)</b>

O efeito no balanço patrimonial da NDF registrada em 31 de março de 2019 foi de R\$ 945 no passivo. O efeito em outros resultados abrangentes em 31 de março de 2019 foi perda de R\$ 1.321 (líquido de impostos). **Risco de taxa de juros:** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. **Instrumentos de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumento financeiro vinculado a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

	2019	2018
Ativos financeiros	69.454	33.000
Passivos financeiros	58.513	55.933
<b>Ganhos (perdas) de instrumentos financeiros derivativos não realizados:</b>		
A tabela abaixo sumariza os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2019 e 2018 que afetaram o balanço patrimonial e os valores que afetaram o resultado acumulado da Companhia naquelas datas:		

	2019	2018				
Efeitos no balanço patrimonial	Efeitos no resultado	Efeitos no balanço patrimonial	Efeitos no resultado			
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo			
Non Deliverable Forwards	193	1.377	(3.777)	709	537	(2.563)
SWAP	239	–	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>1.377</b>	<b>(3.777)</b>	<b>709</b>	<b>537</b>	<b>(2.563)</b>
<b>Circulante</b>	<b>193</b>	<b>1.377</b>	<b>–</b>	<b>709</b>	<b>537</b>	<b>–</b>
<b>Não circulante</b>	<b>239</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

**Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando a mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

## 16. Partes relacionadas

	Nota	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>			
<b>Contas a receber</b>			
Copersucar S.A.		795	–
Cooperativa		–	6
Alvean Sugar S.L. (a)	7	13.505	11.090
		14.300	11.096
<b>Passivo circulante</b>			
<b>Fornecedores</b>			
Copersucar S.A.		1.072	1.023
Copersucar Armazéns Gerais		–	559
Alvean Sugar S.L. (a)		1.855	558
	12	2.927	2.140
<b>Dividendos (b)</b>			
Copersucar S.A.		10.339	11.891
<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Partes relacionadas</b>			
Copersucar S.A.		74	–
Copersucar Trading A.V.V.		–	34.390
		74	34.390
<b>Venda de serviços</b>			
Alvean Sugar S.L.		112.143	143.028
Cooperativa		2.230	63
Copersucar S.A.		4.770	–
		119.143	143.091

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A. e Alvean Sugar S.L.) e referem-se, basicamente, a: • **Vendas de serviços** - Operações de vendas de serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. (a) Os saldos apresentados com a Alvean Sugar S.L. referem-se à prestação de serviços de elevação e Take or Pay decorrentes de volumes embarcados inferiores ao estabelecido em contrato. • **Valores passivos** - (b) Dividendos a pagar para controladora direta. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pela parte relacionada Copersucar S.A. e pela Cooperativa:

(Em milhares de Reais)

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2019
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2019	10.792 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2020	14.122 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2021	14.121 (a)
	Empréstimo Direto		
	Externo (em EUR)	2021	30.918 (b)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2022	14.123 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2023	5.798 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2024	1.450 (a)
			<b>91.324</b>

(a) Nota Promissória (120%) e cooperativa como avalista/garantidora. (b) Garantidora cooperativa. **Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. foi contratada por Alvean Sugar S.L., Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A. e Cooperativa para prestação de serviços de armazenagem, embarque de açúcar VHP a granel para exportação em sistema de *pool* no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 7.655.000 (sete milhões e seiscentos e cinquenta e cinco mil) toneladas de açúcar a granel, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total será embarcada em até 31 de março de 2020.

## 17. Arrendamento mercantil operacional

### Arrendamento como arrendatário

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma	2019	2018
Até um ano	3.555	3.293
Acima de um ano - Até cinco anos	15.781	14.721
Mais de cinco anos	66.408	70.372
<b>Total</b>	<b>85.744</b>	<b>88.386</b>

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional o montante de R\$ 3.391 em 31 de março de 2019 (R\$ 3.179 em 31 de março de 2018). A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até março de 2036. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

## 18. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 52.657 em 31 de março de 2019 e 2018, representados por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme aumentos descritos na Nota Explicativa nº 2. **Reserva de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2019 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de abril de 2009. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que eles se referem. **Ajuste do hedge** de fluxo de caixa conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 (risco cambial). **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei.

<b>Proposta de destinação do resultado do exercício de 2019</b>	2019	2018
Lucro líquido do exercício	43.533	(2.177)
Reserva legal	–	41.356
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>43.533</b>	<b>25%</b>
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	–	<b>(10.339)</b>
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>–</b>	<b>31.017</b>

## 19. Receitas líquidas

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia está desc